

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

50 ANOS DEPOIS:

REVER A LEI, GARANTIR DIREITOS

DIREITO DE MANIFESTAÇÃO

RELATÓRIO

Na corda bamba dos protestos pacíficos

ATIVISMO

Bem-estar pelos Direitos Humanos

CRIANÇAS

468 milhões estão sob fogo cruzado

NESTA EDIÇÃO:



6

Na corda bamba dos protestos pacíficos em Portugal e na Europa



18

O Bem-estar no ativismo pelos Direitos Humanos



17

APP +Amnistia



22

Rosto do ativismo



A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Equipa Editorial:

Direção - Miguel Marujo

Paginação e grafismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número:

Ana Teresa Santos, Inês Subtil, Irene Rodrigues, Matia Losego, Miguel Ferreira, Vanda Machado, Fábio Godinho, Vera d'Orey Mayan

Revisão: José Alexandre Silva

Imagem da capa: ©Sebastiano Piazzi

Impressão: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

AMNISTIA
INTERNACIONAL



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal
Rua Dr. José Joaquim de Almeida, N°2,
3° Andar - A e B, 2780-337 Oeiras

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt/



EDITORIAL

MIGUEL MARUJO

Diretor de Comunicação

Nos 50 anos da liberdade, garantir os direitos

No ano em que Portugal festejou os 50 anos da liberdade e da democracia, talvez valha a pena insistir que uma e outra nunca estão garantidas e que a luta pela liberdade e pela democracia se faz todos os dias. Sabemos como os protestos pacíficos estão na corda bamba também em Portugal, e na Europa.

Não precisamos de ir para Moçambique ou Angola, onde a liberdade de expressão, de manifestação e reunião pacíficas, têm sido tantas vezes questionada. Não precisamos de ir até aos Estados Unidos da América, para temer pelos direitos das mulheres, pelos direitos reprodutivos e de saúde, ou pela igualdade de género, e pelo crescimento do racismo e do autoritarismo.

Sabemos que a liberdade que o 25 de Abril nos trouxe é sempre pouca, imperfeita e rugosa, e que ao brindarmos a essa liberdade, temos de o fazer no concreto: como com a lei de manifestação, cujo processo de revisão importa encarar e iniciar, para garantir direitos — que polícias e tribunais teimam em nem sempre acompanhar. O longo dossiê que dedicamos ao relatório *Pouco protegido e demasiado restringido: O estado do direito de manifestação em 21 países da Europa* revela que há um padrão de leis repressivas em todo o continente europeu. Aliado a esta legislação, o relatório destaca o uso de força excessiva e desnecessária, as detenções

e ações judiciais arbitrárias, as restrições indevidas ou discriminatórias, bem como a utilização progressiva de tecnologias de vigilância invasivas, que resultam num retrocesso sistemático do direito de manifestação. E Portugal não sai melhor na fotografia, sendo claro que há necessidade de, 50 anos depois, “rever a lei, garantir direitos” - os julgamentos contra os ativistas pela justiça climática, por exemplo, mostram-no.

O ativismo é pedra de toque nestes combates (digamos a palavra sem medo), apesar de ativistas de várias gerações se queixarem que o ativismo não é bem visto pela sociedade portuguesa (como se leu na comunicação social em junho de 2024), dizendo-se vítimas de campanhas de desinformação que pretendem desacreditar as causas dos protestos e sentindo uma maior repressão por parte do poder político.

Este número da Agir (que ainda não acertou o passo na sua edição) traz um texto onde se fala do projeto que a Amnistia Internacional tem vindo a trabalhar em colaboração com o Projeto Roots da Greenpeace para dar prioridade ao bem-estar e resiliência dos ativistas em contexto de manifestações e protestos. Porque precisamos de ativistas pelos direitos de todos como de pão para a boca. Sem peias, restrições — e com bem-estar.



A comunidade afegã debate-se com três anos de frustração não resolvida enquanto os Talibãs, autoridade de facto no Afeganistão, cometem violações dos direitos humanos e crimes ao abrigo do direito internacional contra o povo afegão, especialmente mulheres e raparigas, com absoluta impunidade, afirmou a Amnistia Internacional. “Três anos depois, a ausência absoluta de medidas concretas para fazer face à catástrofe dos direitos humanos no Afeganistão é uma fonte de vergonha para o mundo”, disse Samira Hamidi, responsável pela campanha regional da Amnistia Internacional para o Sul da Ásia.

Após três anos sob o domínio dos Talibãs, as mulheres fazem eco do sentimento de não serem “ninguém”, com oportunidades limitadas de emprego e de contribuição económica ou cultural, com leis que as tornam invisíveis na sociedade afegã. E representantes da sociedade civil denunciam o regresso dos castigos corporais no país, incluindo a flagelação pública, a execução pública, o corte de membros, a lapidação e outras formas de maus-tratos e tortura.



DIREITO DE REUNIÃO

DOSSIÉ

NA CORDA BAMBA DOS PROTESTOS PACÍFICOS EM PORTUGAL E NA EUROPA

INÊS SUBTIL

Coordenadora de Investigação da Amnistia Internacional Portugal

Desde o início do verão, 20 ativistas foram condenados nos tribunais portugueses, 8 a penas suspensas de 18 meses de prisão. A estas sentenças em Portugal junta-se uma outra bem mais mediática, no Reino Unido, que condenou cinco apoiantes do movimento “Just Stop Oil” a quatro e a cinco anos de prisão efetiva. O outono ainda não terminou e as lutas vão aquecer com mais ações de ativistas climáticos. Há um sério risco de em breve mais ativistas serem presos e condenados por protestos pacíficos. Os alertas estão aí e fazem parte do cenário sombrio traçado pelo relatório da Amnistia Internacional **“Pouco Protegido, Demasiado Restringido”**, lançado no início de julho, em Lisboa, e que analisa a situação do direito de reunião em 21 países europeus. Entre as principais preocupações identificadas, destacamos sete para Portugal.

“Há uma tentativa desesperada de fazer com que estes casos não sejam vistos como casos políticos”. A frase foi dita pelos participantes na mesa-redonda que juntou cinco ativistas de três movimentos sociais em Portugal durante o lançamento do relatório europeu da Amnistia Internacional, no Museu do Aljube, a 9 de julho. O documento reforça a ideia de que os protestos pacíficos no país e na Europa estão numa corda bamba sem rede. Entre o equilíbrio frágil e a queda

iminente a distância parece ser cada vez mais curta, como mostram as penas mais severas a ser aplicadas a estes ativistas.

Portugal pode não estar entre os países identificados como estando numa situação mais grave, como por exemplo a Alemanha, a França, a Itália ou o Reino Unido, contudo os sinais de que a Europa está a trilhar um caminho comum e perigoso em relação à proteção do direito de reunião estão aí.

Por cá, meio século depois da revolução do 25 de Abril, que consagrou e restituiu o direito de reunião e de manifestação, os últimos tempos mostram a importância de evitar retrocessos e assegurar a proteção do que é também um dos pilares da democracia.

JULGAMENTOS SEM DATA PREVISTA

Segundo informações recolhidas pela Amnistia Internacional – Portugal, há pelo menos dois julgamentos que foram adiados e cujo desfecho pode trazer condenações mais duras. Os casos dizem respeito a bloqueios de estradas levados a cabo por ativistas do movimento Climáximo no outono de 2023. Um dos oito ativistas envolvidos já foi condenado pelo mesmo crime de que é acusado num destes processos, o que implica que o perigo de que haja

condenações a penas efetivas seja bastante real. A situação que se vive em Portugal não é exclusiva. Segue a tendência que se verifica tanto a nível europeu como no mundo. Nos 21 países analisados no relatório europeu sobre direito de reunião, além de sanções cada vez mais duras, têm-se multiplicado os discursos e as retóricas estigmatizantes contra ativistas e movimentos sociais. Com uma hostilidade crescente, abre-se espaço para justificar medidas punitivas demasiado severas e/ou desproporcionais.

A promoção de estereótipos perniciosos tem sido, em alguns casos, conduzida por agentes políticos, que incendeiam a opinião pública contra manifestantes pacíficos, o que é particularmente perigoso por ameaçar um direito fundamental de todos.

A Amnistia Internacional – Portugal identificou ainda o recurso a disposições legais e a utilização de citações relativas a atos de terrorismo ou a organizações criminosas por parte de instituições do Estado, equiparando movimentos sociais com organizações que ameaçam a segurança nacional e/ou que estão envolvidas com a criminalidade organizada. Entre os principais visados estão os ativistas cujos protestos incluem ações de desobediência civil.

LEGISLAÇÃO PORTUGUESA NUNCA FOI REVISTA

À existência de uma retórica negativa juntam-se outras seis preocupações identificadas pela secção portuguesa como prioritárias no país. A principal prende-se com a legislação em vigor, em concreto, o Decreto-Lei 406/74, que regulamenta o direito de reunião e manifestação. Em 50 anos, nunca foi revisto. A única alteração de que foi alvo aconteceu em 2011 com a extinção dos governos civis, cujas competências neste âmbito passaram, na maioria, para as câmaras municipais. Uma das recomendações para Portugal é o início de um processo de revisão da lei, com vista a assegurar a sua



conformidade com a Constituição da República Portuguesa e com a legislação e normas internacionais. Este caminho pode e deve ser alargado e participado, incluindo diversos atores, entre ativistas, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Esta foi, aliás, uma das mensagens transmitidas pela Amnistia Internacional aos deputados da Assembleia da República durante a audiência para apresentação do relatório europeu na 1.ª Comissão dos Direitos, Liberdades e Garantias, a 10 de julho. Entre as questões destacadas está ainda outra das preocupações nacionais, igualmente ligada à necessidade de rever a legislação, e que se prende com as restrições quanto à hora, local e

conteúdo dos protestos. Neste momento, a organização de uma manifestação em Portugal obriga a um aviso prévio, enviado aos municípios, até dois dias úteis antes da ação de protesto. A falta de notificação, segundo o Decreto-Lei 406/74, pode resultar no crime de desobediência (artigo 348º, do Código Penal) que prevê uma pena de prisão até dois anos ou uma multa até 240 dias. Numa investigação publicada em março pela Amnistia Internacional – Portugal foi deixado o alerta para a necessidade de garantir que os requisitos para a notificação de reuniões/manifestações fossem tratados apenas como um aviso sobre a intenção de realizar um protesto e não como um pedido de

autorização para que as pessoas possam exercer o seu direito à liberdade de reunião pacífica. Ou seja, a falta de uma comunicação oficial não deve ser usada como fundamento para determinar que uma manifestação é ilegal ou para permitir a sua dispersão, nem os requisitos de notificação devem ser aplicados como um fim em si mesmo.

ALGUNS CASOS EM PORTUGAL

Um dos casos mais emblemáticos denunciados pela Amnistia Internacional Portugal é o de Francisco Pedro, um dos ativistas que interrompeu o discurso do ex-primeiro-ministro António Costa, numa ação em 2019. Cinco anos volvidos, o processo mantém-se. Depois de uma primeira decisão favorável para o ativista, o Ministério Público recorreu e houve um segundo julgamento que veio a considerá-lo culpado do crime de desobediência qualificada. A acusação não visa a ação de protesto em si, mas o facto de esta não ter sido notificada às autoridades. O ativista, que sempre alegou não ser o promotor, mas apenas um dos participantes, depois de rejeitado o recurso pelo Tribunal da Relação, recorreu agora ao Tribunal Constitucional para analisar o caso.

Há anos que ativistas e movimentos se queixam do efeito inibidor deste tipo de processos. Exemplo disso, são os casos de professores de Oeiras e Setúbal que no início de 2023 foram notificados para irem prestar depoimento na polícia por causa de alegadas faltas de aviso prévio de manifestações. Se é certo que a maioria destes processos foram arquivados, é difícil avaliar o seu impacto na mobilização e na organização de manifestações. Acresce a esta preocupação uma outra para a qual a Amnistia Internacional – Portugal também emitiu uma série de recomendações e que está relacionada com a burocracia envolvida nos processos de notificação e na falta de informação disponível aos cidadãos. De recordar que em março no mesmo artigo de investigação da Amnistia Internacional – Portugal foi denunciado

que nos sites de 23 municípios (capitais de todos os distritos e algumas cidades de grande dimensão) apenas quatro tinham informação clara e acessível sobre os procedimentos necessários para o aviso prévio de manifestações.

TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO PELA POLÍCIA

Outra das principais preocupações identificadas para Portugal está no tratamento discriminatório da polícia e no policiamento dos protestos. Segundo o inquérito feito pela Amnistia Internacional – Portugal em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, um em cada três inquiridos considera haver um tratamento parcial das forças de segurança em relação a diferentes protestos. Uma preocupação que o relatório europeu vem confirmar. À semelhança de casos reportados na Áustria, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Países Baixos, Polónia, Sérvia e Turquia, também em Portugal a investigação da Amnistia identificou situações em que os agentes de segurança pública dispersaram reuniões, ora quando a dispersão não era legal, ora quando sendo legítima, os meios empregues para o efeito, incluindo o uso da força, foram desnecessários e/ou desproporcionais.

Desde o ano passado, foram igualmente documentados no país casos de detenção preventiva que levantam dúvidas legais. A Amnistia Internacional – Portugal recomendou, por isso, que o Governo tome medidas efetivas para o combate e erradicação do racismo e qualquer outra forma de policiamento discriminatório para garantir que todos possam usufruir do direito de reunião pacífica sem quaisquer restrições baseadas na identidade ou na aparência dos organizadores.

O ESTIGMA DA DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Os atos pacíficos de desobediência civil têm vindo a ocupar grande parte da atenção mediática nos últimos anos quando o tema são manifestações.

Historicamente, é crucial recordar a importância desta forma de protesto na conquista e melhoria dos direitos humanos, nomeadamente de grupos marginalizados, como por exemplo, mulheres e negros. Além disso, a desobediência civil pacífica é protegida pelos direitos à liberdade de expressão, consciência e reunião pacífica. Nesta linha, a Amnistia Internacional defende que a dispersão de manifestantes envolvidos em atos pacíficos de desobediência civil deve ser sempre uma medida de último recurso, que só pode ser utilizada quando as suas ações causam “perturbações graves e duradouras”, sendo que a definição deste limiar deve ser elevada e superior à perturbação temporária do tráfego de veículos ou de peões.

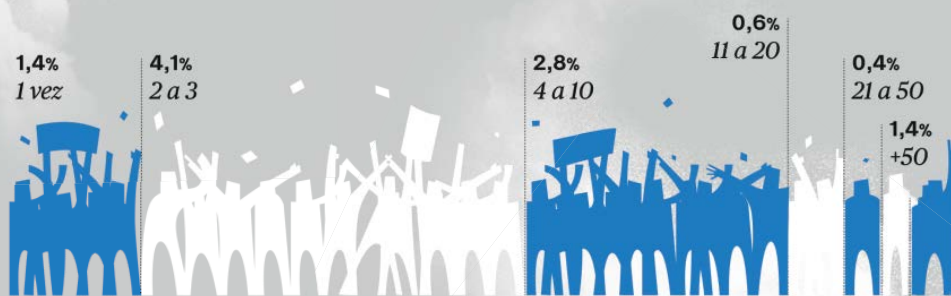
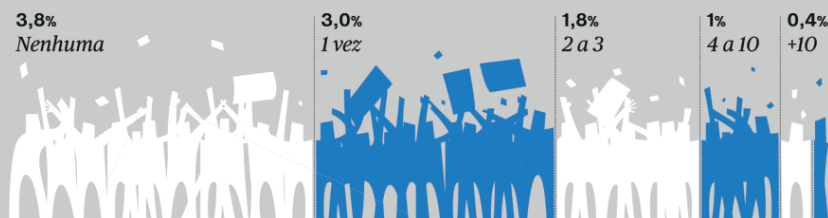
Em Portugal, por exemplo, temos assistido a posturas dispareas na atuação das forças de segurança em relação ao bloqueio de estradas. É o caso dos protestos dos agricultores, no início de 2024, que decorreram sem incidentes, mesmo tendo chegado a cortar uma das faixas de rodagem da Ponte Vasco da Gama, em comparação com as ações de movimentos climáticos que em poucos minutos foram dispersadas e os ativistas detidos.



PARTICIPOU EM ALGUMA REUNIÃO OU MANIFESTAÇÃO PÚBLICAS NOS ÚLTIMOS 5 ANOS?



QUANTAS VEZES?



QUANTAS DESSAS VEZES EM 2023?

Este inquérito foi realizado pelo CESOP-Universidade Católica Portuguesa para a Amnistia Internacional Portugal entre os dias 9 e 29 de novembro de 2023



O POLICIAMENTO DE PROTESTOS

A função da polícia é a de respeitar, proteger e facilitar o exercício dos direitos aos cidadãos. Esta facilitação não se trata do “controlo” das manifestações, senão na obrigação de se abster de interferir de forma indevida e desproporcionada, adotando medidas destinadas a assegurar o exercício efetivo do direito de reunião.

A Amnistia Internacional – Portugal alerta ainda para a emissão de multas que vários movimentos sociais têm recebido nos últimos anos e que se prendem com a cobrança de serviços policiais, os chamados gratificados. Este ano, as Marchas do Orgulho LGBTI do Porto e de Lisboa foram notificadas para o pagamento de milhares de euros por eventos que não foram considerados no âmbito do direito de reunião, posição que as organizações questionam.

Na mesma linha, o relatório europeu salienta a necessidade de mecanismos efetivos de responsabilização dos agentes das forças de segurança. A investigação desenvolvida pela Amnistia Internacional detetou casos de impunidade ou de desresponsabilização da polícia, em pelo menos treze entre os 21 países analisados, entre os quais Portugal. Foram ainda registados casos de tratamento problemático, por parte dos agentes de segurança pública, a observadores de manifestações ou jornalistas. Desde 2018, que a Amnistia Internacional – Portugal recomenda a criação de uma entidade independente, capaz de investigar de forma rápida, imparcial e eficaz a atuação.



Imaginário da sala de espera

MIGUEL FERREIRA
MEMBRO DA DIREÇÃO

Tudo é muito maior do que as palavras que nos saem da boca e tantos são os sonhos arruinados por bombas de aço leve, gordas do silêncio dos que vêm e não se manifestam. E esta sufocante sensação de que tantas vezes alguém queria ser mais mas não pôde, não de facto, mas por imposição, tornou ásperos os pensamentos do que sou, fazendo com que o meu credo por toda a eternidade fosse salvar o mundo dos outros, por me achar impotente de salvar o meu, sendo essa a única redenção de tudo o que me compõe.

Por isso, aqui estava, a atravessar a banheira do Mediterrâneo, a lavar-me do pó invisível dos escapes, até ver chamas em jacto e areia que crepita como pão ralado a gratinar, onde as ervas não crescem como nas dunas das praias e paira no ar um cheiro a erva-doce. Disseram-me que havia gente em silêncio, como nas bibliotecas, mas as primeiras pessoas que encontrei gritavam em cornucópias, como se me odiassem e só pelos gestos entendi que me chamavam. Não tarda, estarei em cemitérios de vivos, onde

fantasmas de carne pregam sustos em esquinas finas de pano, pensei, enquanto me afastava de negociantes de pechisbeque diferente, onde anéis davam espaço a frascos de terra colorida.

As portas não eram como as da Babilónia e dos leões ficaram os dentes de arame que pescam roupas ou pele consoante a astúcia dos transgressores, onde as pessoas se reúnem à volta de uma torneira improvisada e uma camionete serve de mini-mercado vazio de variedade. Talvez por estar perdido, as minhas pálpebras semicerraram-se e os meus passos eram iguais aos das crianças de quatro anos, porque só via tendas como soufflés e roupas que secavam nas cordas há semanas. Por isso embati em alguém que tinha por trás dos olhos algo que eu não conheço, percebendo que a noite ali é mais escura, sem contraluz ou traças em cabeçadas aflitivas contra lâmpadas. Todos vagueavam como flamingos de pernas finas e enrugadas e eu sentia os músculos a encolherem à medida das mortalhas acesas, por ver miúdas

a quem coseram os desejos como se fossem bainhas de calças. Neste retângulo de tristeza, até os gatos são coxos e os cegos cantam sem pedir dinheiro, as panelas furadas fazem arroz solto e as tardes passam sem pensarem nas manhãs.

Aqui, os médicos choram como familiares, todas as pessoas têm cicatrizes e só se exaltam quando alguém morre ou quando se espera na fila das ajudas. Nesta sala não se conjuga o futuro a não ser quando a esperança se impõe no corpo como a fome.

Pensei que a este sítio não chegou Schubert ou Balzac, nem as vítimas da fome se puseram de pé para lhes darem a paz, o pão, a habitação. Aqui simplesmente espera-se...

Entre tendas marcadas por siglas e outras improvisadas de restos de chapas de zinco, ouvem-se murmúrios de pessoas que desabafam para dentro em pensamentos compridos, como este céu sem nuvens. Não sei de onde vem o oxigénio, pois não vejo árvores.

Queria perguntar-lhes o que diziam, mas a minha timidez impedia que da minha boca saíssem palavras de outra língua que não a minha, fazendo-me parar e imaginar o que lhes ia na alma. Talvez uma espécie de Jackson Pollock em tons baços de fúria, açaimada como os cães irritados das cidades, que são apanhados pelo cachaço, como a vida faz com quem aqui aguarda.

Os olhos que agora viam mais, subiam como balões de ar quente e registavam formigas em carreiros, tontas do sono e acartando restos de tudo, construindo quotidianos possíveis de tralha que não se sabe quanto tempo durariam.

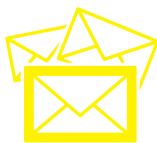
A única solução de fuga seria mergulhar no desconhecido e preencher as ruas de andaimes e ladrões, que lhes roubariam

papéis e tornariam cativos de misérias milionárias, onde os solitários esperam por autocarros fora do horário e os pássaros andam mais do que voam.

Tenho a impressão de que se aqui chove, é porque alguém manda que chova e, em vez de água, cairão pedras, lembrando-me que as trompas de Wagner crescem no mundo como o pó nas estantes.

Quem aqui presta serviço, como eu, senta-se em secretárias velhas de escritório, com tampos de alumínio amolgados e gavetas de arquivo encravadas, veste coletes sem estar de gala, organiza filas e escreve nomes em folhas amarrotadas pelo vento quente, trazendo no estômago o desespero ácido que nos faz saltar do colchão às seis e meia da manhã.

Nesta sala de espera, caminhamos para o silêncio em vez de caminhar para reivindicações de gritos a capella e pousamos a cabeça baixa em revistas e jornais fora do prazo de validade, com letras que nos entram como ficções, para esquecermos que permanentemente aguardamos que nos vejam.



EQUADOR

O GOVERNO DO EQUADOR TEM DE ELIMINAR AS QUEIMAS DE GÁS NA AMAZÓNIA

Na Amazônia equatoriana, o governo não está a cumprir uma decisão judicial resultante de um processo interposto por nove jovens ativistas, juntamente com a organização Unión de Afectados por Texaco-UDAPT, que exige o fim das queimas de gás, que prejudicam os direitos das comunidades locais com chamas e gases tóxicos e contribuem enormemente para as alterações climáticas.

Apesar da decisão judicial, o número de queimas de gás continuou a aumentar, passando de 394 em agosto de 2021 para 486 em junho de 2023. A Amnistia Internacional verificou que pelo menos 52 queimas de gás se encontram a menos de 5 km dos centros populacionais, uma distância prejudicial para o ambiente e para as comunidades locais. Além disso, as queimas de gás são por vezes apenas temporariamente desligadas e depois reactivadas.

As queimas de gás emitem 500 milhões de toneladas de CO2 por ano, o equivalente às emissões de toda a população do Reino Unido, e grandes quantidades de metano, um gás que aquece a atmosfera 84 vezes mais do que o CO2. O Equador está entre os 30 países do mundo com mais queimas de gás ativas no mundo..

Junte-se a este apelo para exigir ao Presidente do Equador que elimine as queimas de gás para proteger os direitos humanos e a justiça climática.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/equador-tem-de-eliminar-as-queimas-de-gas-na-amazonia/



ARÁBIA SAUDITA

LIBERTAR AS VOZES DE MUDANÇA DA ARÁBIA SAUDITA

As autoridades da Arábia Saudita adotaram uma abordagem de tolerância zero a tudo o que consideram ser uma crítica. As pessoas estão a ser condenadas a algumas das penas mais duras que a Amnistia Internacional já documentou na Arábia Saudita simplesmente por exercerem o seu direito à liberdade de expressão, incluindo penas de prisão de décadas, proibições de viajar e pena de morte.

Desde uma estudante de doutoramento (Salma al-Shehab) presa por fazer publicações nas redes sociais a defender os direitos das mulheres, a um trabalhador humanitário do Crescente Vermelho (Abdulrahman al-Sadhan) preso por fazer publicações satíricas sobre a atuação do governo nas redes sociais, são muitas as histórias de repressão que demonstram que a Arábia Saudita não está a mudar assim tanto como é publicitado.

Enquanto a Arábia Saudita continua a olear a sua máquina de relações públicas com o príncipe herdeiro Mohammad bin Salman (MbS) a gastar milhares de milhões de dólares em várias ações para limpar a imagem do país, precisamos de amplificar as vozes e as histórias das pessoas apanhadas na repressão das autoridades sauditas contra o direito à liberdade de expressão.

Atue e apele às autoridades da Arábia Saudita para que libertem todas as pessoas detidas injustamente por exercerem a sua liberdade de expressão.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/libertar-as-vozes-de-mudanca-da-arabia-saudita/





RÚSSIA

A JORNALISTA E ATIVISTA RUSSA MARIA PONOMARENKO DEVE SER IMEDIATAMENTE LIBERTADA

Maria Ponomarenko, uma jornalista e ativista da Sibéria Ocidental, mãe de dois filhos, foi presa por ter partilhado informações sobre o ataque mortal ao Teatro de Mariupol, na Ucrânia. A partilha consistiu numa publicação que continha um vídeo do teatro antes do ataque e um breve comentário condenando a morte de civis.

A 23 de abril de 2022 foi detida e acabou por ser acusada de “divulgação pública de informações conscientemente falsas sobre as Forças Armadas russas” - uma das leis de censura de guerra que a Rússia introduziu apressadamente após a invasão da Ucrânia para silenciar a dissidência contra a guerra.

A 15 de fevereiro de 2023, Maria foi condenada a seis anos de prisão e a cinco anos de proibição de exercer jornalismo após a sua libertação. Durante o período em que esteve no centro de detenção preventiva e na colónia penal, Maria denunciou várias formas de maus-tratos e a sua saúde mental deteriorou-se. Enfrentou um esgotamento e sobreviveu a uma tentativa de suicídio.

Apele às autoridades russas para que libertem imediatamente Maria Ponomarenko e retirem todas as acusações, uma vez que ela foi presa apenas por expressar as suas opiniões. As autoridades russas devem também revogar as leis repressivas de censura de guerra.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

www.amnistia.pt/peticao/maria-ponomarenko/



AFEGANISTÃO

QUEBRAR O SILÊNCIO: ACABAR COM AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS NO AFEGANISTÃO

Desde que os Talibã tomaram o poder em 2021, o Afeganistão entrou numa espiral descendente de violações dos direitos humanos. As mulheres são banidas de todos os aspetos da vida pública, e abusos como tortura e maus-tratos, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, censura, entre outros, continuam com absoluta impunidade. As restrições severas ao direito de liberdade de expressão, de reunião pacífica e de participação política das mulheres não foram controladas. O regresso dos castigos corporais e a ausência de um poder judicial independente agravam ainda mais esta situação, deixando as vítimas sem qualquer recurso à justiça.

Mesmo quando o povo do Afeganistão continua a ser sujeito a este pesadelo, a comunidade internacional não conseguiu tomar qualquer medida significativa. Não são palavras em discursos que vão acabar com esta repressão; são ações fortes que o vão fazer. Os governos de todo o mundo têm de se mobilizar para pôr fim a este ciclo de repressão.

Junte-se o seu nome ao apelo para que o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, nos fóruns internacionais em que Portugal participa, mostre o empenho do nosso país e trabalhe em conjunto com a comunidade internacional para resolver as violações de direitos humanos no Afeganistão.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:

<https://www.amnistia.pt/peticao/acabar-com-as-violacoes-dos-direitos-humanos-no-afeganistao/>



BREVES

PENA DE MORTE

Em 2023, as execuções atingiram o número mais elevado em quase uma década, com um aumento acentuado da sua prática no Médio Oriente, em particular no Irão, de acordo com relatório anual sobre a aplicação da pena de morte a nível mundial, publicado pela Amnistia Internacional, em maio de 2024.

RELATÓRIO

Uma nova investigação da Amnistia Internacional, que traça um quadro muito sombrio dos ataques ao direito de manifestação em todo o continente europeu, onde as autoridades estão a difamar, impedir, dissuadir e punir ilegalmente as pessoas que protestam de forma pacífica (e sobre a qual se pode ler de forma desenvolvida nas páginas 6-11), teve a sua apresentação em Portugal, no dia 9 de julho, no Museu do Aljube, em Lisboa. O relatório foi apresentado por Catrinel Motoc, coordenadora de Campanhas do Gabinete Regional da Amnistia Internacional para a Europa, e Inês Subtil, coordenadora de Investigação da Amnistia Internacional – Portugal.

JOVENS ATIVISTAS

De 10 a 14 de julho, a Amnistia Internacional – Portugal organizou mais um Encontro de Jovens Ativistas (EJA). O evento decorreu em Albergaria-a-Velha e juntou 50 jovens para celebrar os 50 anos do 25 de Abril e descobrir o que significa defender a liberdade nos dias que correm, em Portugal e no mundo. Nos cinco dias de partilha, ativismo e troca de conhecimentos, os participantes do EJA puderam aprender quais os atuais perigos e desafios impostos a todas as pessoas que procuram usufruir pacificamente do direito de manifestação.

ERRATA

No número 25 da Agir (Abr-Jun 2024), o título do artigo das páginas 18-19 saiu errado: o texto era sobre a campanha Protege a Liberdade nas Escolas Amigas dos Direitos Humanos, e não como se escreveu: “De Portugal para Londres, no caminho da Educação para os Direitos Humanos”. As nossas desculpas.



APP +Amnistia

Semeando o futuro com a Quinta Alma

Alojada no coração de Monchique encontramos a Quinta Alma, projeto do Mário e da Joana que apostaram tudo na sustentabilidade de alojamento, na conexão com a natureza, na permacultura e no desenvolvimento pessoal.

Compreenderam há muito que a relação entre a humanidade e a natureza precisa ser restaurada e estão totalmente empenhados nesta sua missão.

Esta é mais uma parceria para a nossa App +Amnistia que privilegia empresas que dão prioridade à missão de tornar o mundo num lugar mais sustentável.

Sabemos que num mundo altamente competitivo, empresas como a Quinta Alma têm de lutar para ganhar o seu espaço. E é esta a missão desta app, a de garantir que damos palco e visibilidade às empresas certas, as que se focam não só nos resultados, mas na forma como estes são alcançados. E que inspiradora missão!

Através desta app pode a partir de outubro começar a utilizar os seus descontos em parcerias que valorizam os mesmo objetivos da Amnistia Internacional – Portugal. Esperamos que seja o início de um bonito contributo da Amnistia em Portugal.



Agradecemos ao Mário e à Joana pela entrega, disponibilidade e vontade em fazerem deste projeto uma vitória para os Direitos Humanos.

Apadrinhamos a Amnistia e esta parceria, pelo reconhecimento do trabalho importante que desenvolve na defesa dos Direitos Humanos e de uma Humanidade pacífica e íntegra, em harmonia com o Meio Ambiente.

A Quinta Alma oferece um espaço de profunda comunhão com a Natureza interior de cada um e com a Natureza exterior à nossa volta. Acreditamos que a Paz e o respeito pelos Direitos Humanos só se conseguem quando cada Ser Humano estiver em Paz consigo mesmo e em comunhão com um Meio Ambiente saudável.

É com estes votos que esperamos receber-vos em breve aqui na nossa Quinta Alma.



O BEM-ESTAR NO ATIVISMO PELOS DIREITOS HUMANOS

“Bem-estar é... Não se esquecer de si próprio antes de salvar o mundo” - Ativista dos direitos LGBTI+ de França

A aprovação de leis e outras medidas para restringir a liberdade de manifestação, em especial desde a pandemia da Covid-19, têm aumentado. O uso da força excessiva e desproporcional, o aumento da vigilância ilegal em massa, a censura online, o abuso e a estigmatização são algumas das formas dos Estados controlarem os manifestantes, que passaram a ser vistos como “arruaceiros”, “delinquentes” e até como “terroristas”. Indivíduos e grupos que são normalmente marginalizados e alvo de discriminação, como é o caso das mulheres, pessoas racializadas e pessoas LGBTI+, enfrentam ainda mais barreiras.

Esta situação tem impacto sobre um grande número de ativistas que estão na linha da frente nos movimentos pela justiça e pelos direitos humanos em todo o mundo. Sabemos que lutar por um mundo melhor pode ter impacto sobre o nosso bem-estar. Em duas publicações, em 2020 e 2021, jovens ativistas da Amnistia de vários países identificaram ferramentas para cuidar do

próprio bem-estar, a nível individual e coletivo. A mensagem e a visão destes primeiros dois trabalhos são claras: bem-estar e ativismo têm de coexistir. Desde então, a Amnistia e a Roots têm colaborado para apoiar o bem-estar e a resiliência no ativismo através de uma série de formações e workshops. Vão continuar a trabalhar em conjunto para explorar as necessidades de bem-estar dos ativistas e ajudar a desenvolver competências e construir recursos e apoio, disponíveis para toda a gente.

Neste contexto, criaram um inquérito online onde procuraram saber as várias formas de ativismo, os tipos de táticas, as barreiras às dimensões do bem-estar pessoal e coletivo de ativistas. O inquérito decorreu entre novembro de 2022 e fevereiro de 2023, teve a participação de 553 ativistas de 88 países e resultou no relatório “Bem-estar no Ativismo pelos Direitos Humanos”.

Além da análise das respostas, o relatório inclui casos de estudo mais detalhados que resultam

de entrevistas feitas a ativistas de sete países/territórios: Angola, China, Hong Kong, México, Marrocos, Rússia e Sri Lanka. O documento aponta recomendações que resultam dos contributos dos próprios ativistas que participaram no estudo e incluem ideias e sugestões que podem fazer a diferença no processo de cuidar do bem-estar, da resiliência e da resistência no ativismo pelos direitos humanos. **Alguns exemplos:**

- **A necessidade de reconhecer que o bem-estar dos ativistas em diferentes contextos e circunstâncias é importante. 77% dos ativistas que responderam ao inquérito dizem que enfrentam barreiras ao seu bem-estar e todos os ativistas entrevistados nos casos de estudo afirmam que o bem-estar é assunto importante.**
- **As sete dimensões do bem-estar (mental, físico, social, financeiro, espiritual, ambiental e vocacional) são fundamentais e atravessam todos os contextos e as circunstâncias do ativismo.**
- **A importância de ter acesso a apoio, recursos, proteção e segurança. 46% dos ativistas mencionam que qualquer forma de apoio pode contribuir para o seu bem-estar, incluindo grupos de apoio para diferentes âmbitos de ativismo - apoio legal, ajuda em emergências, apoio psicológico, formação e apoio em cultura organizacional.**
- **A existência ou criação de espaços onde as ativistas possam estar em rede com outras pessoas e construir resiliência na comunidade, é indicado como um elemento fundamental do seu bem-estar.**
- **bem-estar implica diferentes necessidades individuais e coletivas, que variam muito de contexto para contexto, das culturas, das identidades e das circunstâncias.**

Devem existir respostas à medida e um entendimento profundo da interseccionalidade.

A Amnistia Internacional e a Roots esperam com este processo construir uma lente de bem-estar para a aplicar ao trabalho e aos projetos existentes. Querem continuar a fomentar culturas de bem-estar nos espaços das organizações e dos movimentos sociais.

Reconhecendo que o bem-estar é um assunto em evolução e um conceito fluido, ambas as organizações preveem continuar a levantar questões neste âmbito, criando espaços em conjunto e construindo comunidades onde seja prática cuidar do bem-estar.



Pode conhecer o relatório

“BEM-ESTAR NO ATIVISMO PELOS DIREITOS HUMANOS”.
aqui: www.amnistia.pt/Protect-the-Protest_well-being/



Resiliência e autocuidado: “Salvar o mundo e não morrer tentando”.

Esta publicação, escrita e criada por jovens de vários países das Américas, é um recurso gráfico pensado para dar ideias e ajudar a evitar as rasteiras de ser ativista, enquanto os ajuda a pensar em formas de apoiar o seu bem-estar e a luta pelos direitos humanos.

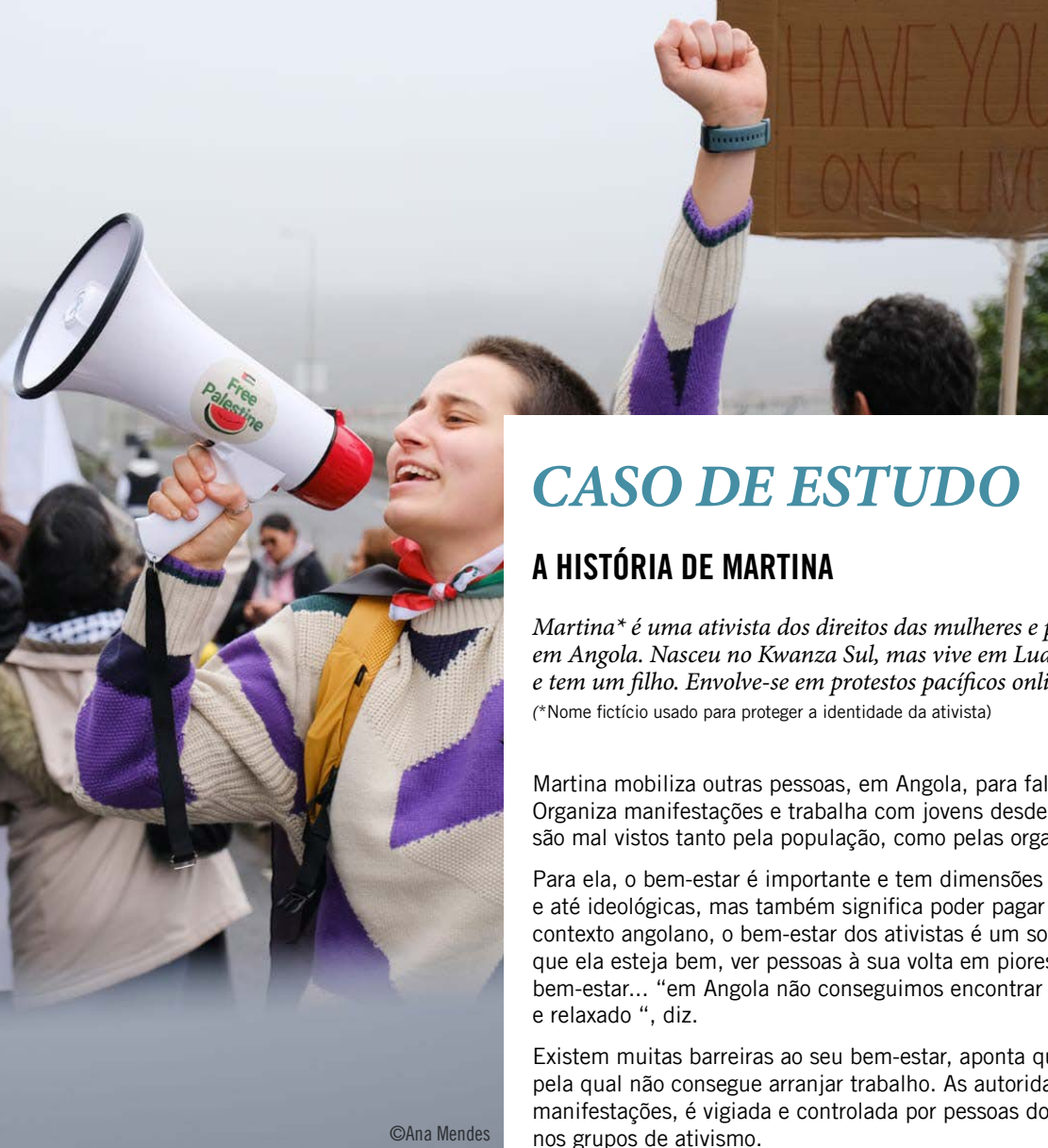
www.amnistia.pt/Resiliencia-e-autocuidado_vol1



Staying Resilient while trying to save the world - A well-being workbook for youth activists.

Volume 2 da série Resiliência e autocuidado: salvar o mundo e não morrer tentando. Foi elaborado com base nas realidades enfrentadas por jovens ativistas da Amnistia Internacional em todo o mundo. Este manual serve para apoiar jovens ativistas no seu percurso de fortalecimento do autocuidado e ajudar a reconhecer a necessidade de cuidarmos uns dos outros na defesa dos direitos humanos.

www.amnistia.pt/Resiliencia-e-autocuidado_vol2



©Ana Mendes

CASO DE ESTUDO

A HISTÓRIA DE MARTINA

Martina é uma ativista dos direitos das mulheres e pela liberdade de expressão em Angola. Nasceu no Kwanza Sul, mas vive em Luanda. Tem 34 anos, é casada e tem um filho. Envolve-se em protestos pacíficos online e nas ruas.*

(*Nome fictício usado para proteger a identidade da ativista)

Martina mobiliza outras pessoas, em Angola, para falarem livremente sem medo. Organiza manifestações e trabalha com jovens desde 2011. Diz que os ativistas são mal vistos tanto pela população, como pelas organizações da sociedade civil.

Para ela, o bem-estar é importante e tem dimensões psicológicas, espirituais e até ideológicas, mas também significa poder pagar as contas ou estudar. No contexto angolano, o bem-estar dos ativistas é um sonho, uma utopia. Mesmo que ela esteja bem, ver pessoas à sua volta em piores condições, inibe o seu bem-estar... “em Angola não conseguimos encontrar um ativista que seja calmo e relaxado”, diz.

Existem muitas barreiras ao seu bem-estar, aponta que o seu ativismo é a razão pela qual não consegue arranjar trabalho. As autoridades sabem que organiza manifestações, é vigiada e controlada por pessoas do partido no poder, infiltradas nos grupos de ativismo.

“Como não consigo arranjar trabalho, sou pobre e isso torna-nos vulneráveis. Faço o que for preciso para não ir para a cama com o estômago vazio. Em Angola, só temos duas refeições, mas há ativistas que só têm uma refeição por dia.” No seu caso, sendo mulher, sem um trabalho decente, significa ser ainda mais marginalizada.

Se tivesse um trabalho, melhoraria o seu bem-estar. Também indica que ter um melhor conhecimento sobre os mecanismos de proteção dos seus direitos ajudaria a sentir-se segura e participar em formações e ter a oportunidade de intercâmbio com outros ativistas ajudaria o seu bem-estar, porque, para ela, é importante saber como outros ativistas se organizam.

EM PORTUGAL

O bem-estar no ativismo também tem os seus desafios. Ouvimos duas ativistas de coletivos climáticos e pela libertação da Palestina e que partilharam os seus sentimentos sobre o seu ativismo.

Jeca (Jéssica) faz parte da Greve Climática Estudantil (um coletivo de estudantes que luta por justiça climática).

Diz que passou a “identificar-se no ativismo”, quando a palavra ganhou um significado existencial na sua vida, sobre a pessoa que quer ser e reflete o que para ela é a sensação de não estar sozinha. “Ninguém nasce ativista, e não há super-heróis, mas há essa ideia na sociedade, de que somos pessoas diferentes.”

Jeca participa em ações de desobediência civil porque, para ela, desobedecer dá visibilidade “às injustiças estruturais da sociedade”. Também participou em ocupações de escolas e universidades por serem espaços de organização “em que se constrói um movimento estudantil capaz de enfrentar o colapso climático”.

Para ela o bem-estar representa a ausência de todas as formas de violência (policial, emocional e violência perante determinados corpos), mas também representa a ausência de racismo, xenofobia, machismo, transfobia.

Identifica como principal ameaça ao bem-estar o aumento da repressão sobre os ativistas. Dando o seu exemplo do que sucedeu numa das últimas ocupações em que os ativistas foram vítimas de insultos, detenção e agressões pela polícia dentro de uma sala de aula da própria faculdade onde colocaram uma faixa.

Negatividade por parte da família e amigos significa que não tens um sólido sistema de apoio para o trabalho que estás a fazer.

Ativista do Zimbábwe sobre a falta de apoio como barreira ao bem-estar.

Considera que a melhor forma de apoiar o bem-estar dos ativistas “é a mesma de sempre e para tudo, continuarmos a apoiar-nos e sermos cada vez mais. Isto significa juntares-te à luta pelas nossas vidas!”

Os jovens são vistos como sendo facilmente manipuláveis, são tratados com menor respeito e não são levados a sério. Isto é algo que me afeta, a mim e aos meus pares, e gera muita frustração.

Ativista pela justiça climática e pelos direitos de pessoas migrantes da Roménia.

Sofia Seabra – Está ligada a causas pela libertação da palestina e movimentos antifascistas, também se envolve em causas relacionadas com migração (ex. direitos de refugiados, criminalização de refugiados e trabalhadores humanitários).

Considera que ainda está a tentar encontrar o seu papel individual dentro do seu ativismo. Tende a realizar tarefas relacionadas com cuidados dentro dos coletivos e durante as ações, em parte devido à sua experiência pessoal e profissional com primeiros socorros e psicologia.

Ao longo do último ano esteve envolvida na organização e concretização de vários tipos de ações, como marchas, protestos, contramanifestações, vigílias e ações disruptivas, como ocupações e bloqueios.

Para ela, o bem-estar no ativismo tem várias dimensões. Neste momento, o mais importante é não deixar que o ativismo consuma a sua vida. Está a tentar encontrar um equilíbrio entre o ativismo e outras áreas da sua vida, como os estudos ou a família. Para o seu bem-estar é também importante

sentir que as ações que faz têm efeito, mesmo que pequeno.

A urgência das causas pelas quais lutam pode ser uma ameaça. Para ela, é muito fácil os ativistas deixarem-se levar pela rapidez com que tudo tende a acontecer no mundo do ativismo, deixando para trás outras dimensões como a aprendizagem ou a união do grupo. Também a pressão que os ativistas colocam uns nos outros, para a realização de mais ações, mais radicais e maiores, pode ser uma ameaça. Cada pessoa deve estar confortável com as ações em que participa. Sente, ainda, como ameaça, a falta de apoio das famílias e amigos que não fazem ativismo.

Para ela, a forma de apoiar o bem-estar é ter pessoas em quem confiam à sua volta, que exista espaço e tempo para questionar e experimentar coisas novas e a construção de redes de apoio, não só individual, em situações de crise, como também entre causas e movimentos de forma a criar redes de apoio mútuo e simplificar processos e tarefas.

Também em Portugal é importante continuar a ouvir os ativistas porque é a melhor forma de criar comunidades e de os apoiar na defesa dos direitos humanos.

Pode ler a entrevista completa à Jeca e à Sofia em:

 <https://ativismojovem.amnistia.pt/bem-estar-ativista-testemunhosa>





ROSTO DO ATIVISMO

Ao longo de décadas, temos tido o privilégio de contar com o exemplo inspirador da Maria do Céu Pires, uma das membros mais antigas da Amnistia Internacional Portugal. Professora dedicada, ex-secretária de mesa da Assembleia Geral e ainda muito ativa no grupo local de Estremoz. Representa o verdadeiro espírito da nossa organização seja no apoio constante à equipa executiva ou no entusiasmo contagiante com que motiva jovens estudantes a envolver-se nas causas dos Direitos Humanos.

A Maria do Céu tem sido e continua a ser uma defensora incansável e uma inspiração para todos nós.

Esta entrevista é uma celebração do seu trabalho e da sua persistente luta por um mundo mais justo e humano, que continua a inspirar gerações. Muito obrigada, Maria do Céu!

• CONTE-NOS COMO SURTIU O SEU ENVOLVIMENTO COM A AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL?

Esta história de amor tem início no final dos anos 80 do século XX quando comecei a ouvir falar da Amnistia Internacional e, passado algum tempo, me tornei membro. Entretanto, numa “Semana dos Direitos Humanos” que organizei em 1996, na escola onde lecionava, foi feito o contacto/ convite à Amnistia Internacional para dinamizar uma sessão sobre Direitos Humanos direcionada a alguns alunos do ensino secundário. Na sequência dessa sessão, decidimos criar (eu, outra colega e alguns alunos), um Clube dos Direitos Humanos na Escola Secundária Rainha Santa Isabel. Desde esse momento até hoje, temos contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de escola respeitadora dos Direitos Humanos.

Posteriormente, em 2006, foi o momento da fundação do Núcleo de Estremoz da Amnistia Internacional.

• COMO VÊ O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO ATIVISMO E NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS?

A educação tem um papel fundamental na formação pessoal e social das crianças e jovens pois contribui para uma vida consciente de si, autónoma e responsável e, em simultâneo, para a atenção ao outro, desenvolvendo a solidariedade e a empatia. Os quatro pilares -aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer e aprender a conviver- que, segundo o Relatório Delors, constituem a base dos processos educativos devem servir de orientação para todos os agentes educativos. É fundamental aprender a viver com os outros e, por isso, o pensamento informado e crítico torna-se um aspeto decisivo sobretudo num momento histórico como o atual onde a desinformação, a manipulação e os discursos de ódio contribuem para a confusão entre o que é verdade e o que não é. Só deste modo se pode contrariar quer a indiferença, quer a violência.

Os processos educativos, através dos currículos e das várias áreas não curriculares, são meios pelos quais é possível uma melhor compreensão dos problemas, dos vários desafios que se colocam à Humanidade e também o desenvolvimento do raciocínio aplicado na busca de respostas que

sejam não só viáveis, mas sobretudo que contribuam para uma sociedade mais igualitária e mais justa. Em Portugal, o sistema de ensino (leia-se, a título de exemplo, o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória) incentiva muito a criatividade e a capacidade de intervenção dos alunos e das alunas.

Através de situações de aprendizagem concretas e relacionadas com as várias disciplinas, é possível aprender o que são os Direitos Humanos, conhecer a sua evolução histórica e também capacitar para os defender.

A valorização da Educação para a Cidadania, quer seja implementada como disciplina autónoma, quer como componente curricular, tem sido, nos últimos anos, uma boa aliada do ativismo em Direitos Humanos.

• COMO É QUE VÊ O FUTURO DO ATIVISMO NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO?

Com algumas dificuldades. Estremoz insere-se numa região afetada pela interioridade, com população bastante envelhecida e com pouca tradição de envolvimento cívico e de cidadania. Há bastante conservadorismo nas ideias e pouca iniciativa para desenvolver ações de ativismo e de participação no espaço público. Também as escolas se deparam com alguns problemas, a começar pelo envelhecimento, cansaço e pouca motivação dos e das docentes e continuando por outro obstáculo que é a grande dependência dos alunos/as relativamente ao mundo digital e o seu alheamento do mundo real.

É preciso continuar a “remar contra a maré” do comodismo e do individualismo egoísta que se vão instalando.

• O QUE REPRESENTA PARA SI FAZER PARTE DE UM GRUPO LOCAL?

Fazer parte de um grupo local é ter a noção de que cada pessoa no seu contexto, no seu pequeno mundo, pode contribuir para mudar vidas em

qualquer lugar do planeta. Para mim, é muito importante sentir que estando e atuando neste pequeno grupo, estou a fazê-lo com milhares de outras pessoas com as quais partilho preocupações e objetivos comuns. Mas é também reconfortante pensar que aqui há um conjunto (mesmo que pequeno) de pessoas com as quais nos podemos relacionar numa base de confiança e de amizade, partilhando valores essenciais e ter o prazer de participar numa construção coletiva que não é outra coisa senão o pôr em prática os valores da solidariedade, da igualdade, da justiça.

• QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE DESENVOLVE?

As atividades no Grupo de Estremoz (que coordenei durante alguns anos) foram muito diversificadas. Contribuímos para o trabalho global da Amnistia através da assinatura de petições, ações urgentes, campanhas globais, da participação na Maratona de Cartas, na organização de vigílias e da iniciativa “Cidades pela Vida”. Concretizámos o nosso ativismo da mesma forma que todos os grupos locais e todas as estruturas da organização. Para além disso, tentamos, também, associar a esse trabalho alguma criatividade que tivesse impacto local. Dedicamos algum espaço à arte: exposições em vários locais da cidade (de pintores e fotógrafos a quem pedimos colaboração, outras da nossa autoria e de alunos de Artes da Escola Secundária), oficinas teatrais, seguidas de apresentação pública e orientadas por profissionais da área (a propósito das campanhas “Brave” e “Eu acolho”); serões de poesia, etc. Realizámos sessões públicas sobre temas de Direitos Humanos e também muitas sessões de EDH em todas as escolas da região.

De momento, e por razões diversas, o Grupo apresenta alguma dificuldade em manter, com regularidade, este tipo de atividades.

A nível profissional, na escola, o meu trabalho centra-se no Clube dos Direitos Humanos e na Educação para a Cidadania. Realizo, com alguma frequência, em diferentes âmbitos, formação para professores nestas temáticas. Dedico também algum tempo à investigação, no âmbito do Praxis/UBI (Centro Filosofia, Política e Cultura) e do Grupo Filosofia e Género (SPF) sobretudo nas áreas da ética, da filosofia política e das questões de género (feminismo).

• PODE PARTILHAR CONNOSCO UM MOMENTO EM QUE TENHA SENTIDO QUE A SUA MOBILIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO FIZERAM DIFERENÇA REAL NO MUNDO?

Sempre que observo antigos alunos e alunas que hoje são pais e mães e constato a forma como educam os seus filhos e a forma como orientam a sua vida (até as profissões que exercem e a forma como a exercem), sinto que contribuí um pouco para que o mundo fosse melhor. Alguma coisa de positivo fica e se transmite. Sentir isso dá uma enorme alegria. Embora o feedback de pessoas com quem lidamos “cara a cara” tenha outra força, sinto a mesma alegria quando chegam notícias das pessoas que, pela nossa assinatura (ou outra ação), melhoraram a sua condição. Talvez o caso mais emblemático seja o da Amina Lawal.

• QUE CONSELHO DARIA A NOVOS MEMBROS QUE SE ESTÃO A INSCREVER AGORA?

Que não se deixem vencer pela primeira dificuldade e que afastem o desânimo que por vezes tenta bloquear a motivação. Que nunca se esqueçam que o “mal” só pode ser combatido com o “bem”; que cada um de nós sozinho não é nada, mas se juntarmos as mãos podemos fazer alguma diferença.

Este é um amor que, como todos os outros, precisa de ser cuidado. A chama só continuará se todos a alimentarmos!



©Amnesty International

Iwao Hakamada absolvido e condenação à morte anulada

A 26 de setembro de 2024, Iwao Hakamada, descrito como o prisioneiro no corredor da morte há mais tempo no mundo, foi absolvido de homicídio no Japão.

Durante o seu primeiro julgamento, Hakamada foi condenado pelo assassinato do seu patrão e família, com base numa “confissão” forçada obtida após 20 dias de interrogatório pela polícia. Hakamada foi condenado à morte pelo Tribunal Distrital de Shizuoka em 1968 e passou mais de 45 anos no corredor da morte.

Em março de 2014, foi novamente julgado pelo Tribunal Distrital de Shizuoka e libertado da prisão depois de terem surgido provas de ADN que questionavam a fiabilidade da sua condenação.

Há mais de 15 anos que a Amnistia Internacional faz campanha em seu nome, em 2009, Hakamada foi um dos casos destacados no relatório desenvolvido pela Amnistia: “Hanging by a thread- Mental health and the death penalty in Japan” (“Pendurado por um fio- Saúde mental e pena de morte no Japão”), uma vez que enquanto esteve no corredor da morte, Iwao Hakamada desenvolveu uma graves problemas mentais.

Relembramos que a Amnistia Internacional se opõe à pena de morte em todos os casos, sem exceção, independentemente da natureza ou das circunstâncias do crime; da culpa, inocência ou outras características do indivíduo; ou do método utilizado pelo Estado para levar a cabo a execução.

© TCHANDROU NITANGA/AFP via Getty Images



Jornalista Floriane Irangabiye do Burundi libertada da prisão

A 14 de agosto de 2024, o Presidente Evariste Ndayishimiye assinou um decreto que concede o perdão total à jornalista Floriane Irangabiye, poucos dias antes do segundo aniversário da sua detenção. A jornalista foi libertada da prisão de Bubanza em 16 de agosto, onde cumpria uma pena de 10 anos por “ameaça à integridade do território nacional” devido a comentários feitos num programa de rádio online em agosto de 2022. Tinha perdido duas tentativas de recurso, em maio de 2023 e janeiro de 2024.

A equipa do IS Burundi acredita que este perdão foi provavelmente o resultado da crescente pressão para a libertação de Floriane, bem como do debate sobre a situação dos direitos humanos no Burundi no Conselho dos Direitos Humanos que estava calendarizado para setembro de 2024.

Os ativistas da Amnistia Internacional têm feito uma campanha incansável em nome de Floriane desde a sua detenção em agosto de 2022, incluindo através de Ações Urgentes. Falando aos meios de comunicação social imediatamente após a sua libertação, Floriane Irangabiye fez uma menção especial ao apoio da Amnistia Internacional, entre outras organizações que fizeram campanha pela sua libertação.



Virginia Laparra, antiga procuradora da Guatemala libertada, mas atualmente no exílio

Virginia Laparra, uma antiga procuradora guatemalteca da unidade anticorrupção (FECI), desempenhou um papel fundamental na investigação de casos de corrupção de altas figuras do estado. Presa em fevereiro de 2022 sob a acusação de “abuso de autoridade” por alegadamente ter apresentado queixas contra um juiz sem provas, a sua detenção foi amplamente condenada por grupos de defesa dos direitos humanos como uma retaliação contra os esforços anticorrupção. Virginia Laparra passou mais de um ano e meio em prisão preventiva, o que suscitou preocupações sobre o uso indevido do sistema judicial. Em janeiro de 2024, Virginia Laparra foi libertada da prisão, marcando um momento importante para aqueles que defendiam

a sua liberdade. Esta decisão trouxe alívio a muitos que viam o seu caso como emblemático do espaço cada vez mais reduzido para o trabalho anti-corrupção e para a justiça na Guatemala. No entanto, a sua libertação foi acompanhada de restrições e a sua batalha legal continuou. Entre maio e julho de 2024, teve de enfrentar um novo julgamento e foi declarada culpada apesar da falta de provas. Na sequência desta sentença, em julho, tomou a corajosa decisão de se exilar para salvaguardar a sua vida e escapar a vários outros processos penais infundados. Embora não estivessem reunidas as condições necessárias para a justiça e a liberdade, a sua força e resistência continuam a inspirar-nos.

Omoyele Sowore, Nigéria: Acusação de traição contra o ativista retirada e proibição de viajar anulada

A 3 de agosto de 2019, o Departamento de Serviços do Estado da Nigéria prendeu Omoyele Sowore, ativista dos direitos civis e editor da agência noticiosa online Sahara Reporters, durante a preparação do protesto #RevolutionNow. A 20 de setembro de 2019, o governo apresentou sete acusações de fraude, ciberperseguição e crime de traição.

Durante o período em que esteve detido, a Amnistia Internacional declarou Omoyele prisioneiro de consciência, detido apenas pela expressão pacífica das suas opiniões. Posteriormente, foi concedida a Omoyele uma fiança sob condições rigorosas que incluíam a proibição de viajar.

A 19 de fevereiro de 2024, o Supremo Tribunal Federal de Abuja anulou as acusações de traição contra Omoyele

Sowore. A decisão do Supremo Tribunal, em fevereiro, significa que, após quatro anos e meio de interdição, Omoyele Sowore pode finalmente ver a sua família, que se encontra nos EUA. O Procurador-Geral da Federação e Ministro da Justiça, numa notificação dirigida ao tribunal, manifestou a sua intenção de arquivar o processo na sequência da pressão da Amnistia Internacional, dos direitos humanos e de ativistas da sociedade civil.

Embora a decisão do Supremo Tribunal seja uma ótima notícia, Omoyele ainda está a ser julgado sob a acusação de difamação e perseguição cibernética. A Amnistia Internacional continuará a fazer campanha para que todas as acusações contra ele sejam retiradas.



©Amnesty International

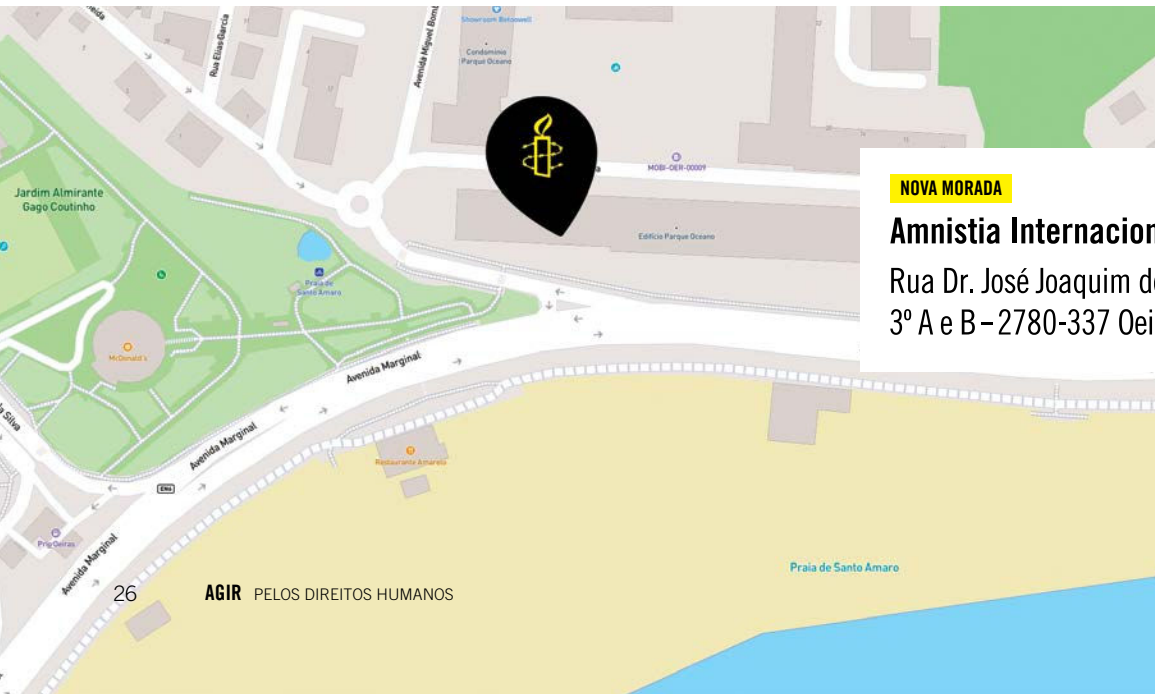


NOVA SEDE

A Amnistia Internacional inaugurou a sua sede em Portugal no dia 28 de maio de 2024, a mesma data em que celebrou 63 anos de existência e de trabalho em prol dos Direitos Humanos por todo o mundo.

O evento teve início com a apresentação do espaço e de um momento de acolhimento feito pela presidente da Direção da secção portuguesa da Amnistia Internacional, Patrícia Filipe. Também o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, discursou na inauguração, felicitando a organização e sublinhando a importância da sua missão na defesa dos Direitos Humanos.

Esta sede funciona como local de trabalho dos profissionais da organização e espaço de acolhimento a voluntários das Estruturas Operacionais de ativismo da Amnistia Internacional - Portugal.



468 milhões

DE CRIANÇAS ESTÃO SOB FOGO-CRUZADO,
NUM CONFLITO QUE NÃO ESCOLHERAM!

Os conflitos armados estão a roubar a infância a uma em cada seis crianças, no mundo, ou seja, mais de 468 milhões de crianças vivem sob ataque diário. Vendo os seus direitos fundamentais comprometidos, entre outros, o seu direito à vida, proteção, educação e saúde.

Na “guerra moderna” começa a identificar-se um padrão grave de violações de direitos humanos contra as crianças, que de acordo com o relatório “Crianças e Conflitos Armados”, das Nações Unidas, se perpetua no assassinato e mutilação, na violência sexual, no desaparecimento forçado ou rapto, no recrutamento por grupos armados, no ataque a hospitais, escolas e zonas residenciais, e na recusa de acesso a ajuda humanitária e a cuidados básicos.

Entre agosto de 2023 e Julho de 2024, um total de 22.557 crianças foi vítima de pelo menos uma das seis descritas violações e cerca de 2.684 crianças foram vítimas de múltiplas destas violações. Tendo como fator determinante para o seu género, etnia, raça, idade ou a deficiência.

Ocorreram, neste período, cerca de 32.990 violações graves contra crianças, maioritariamente em Israel e no Território Palestino Ocupado, na República Democrática do Congo, em Mianmar, na Somália, na Nigéria e no Sudão.

Enquanto aguardamos, a guerra continua a não dar tréguas às crianças, que corajosamente tentam sobreviver à morte, violência, fome, falta de água, na esperança de um futuro. A sua infância está a ser roubada perante os olhos desatentos de uma comunidade internacional que tem a responsabilidade e o compromisso de as proteger. Todos temos esta responsabilidade partilhada!

É por isso, urgente que os líderes mundiais intervenham e se pressione os governos e partes envolvidas nos conflitos, para que respeitem o direito internacional humanitário e adotem medidas imediatas e efetivas para garantir a segurança das crianças.

Juntos assumamos este compromisso da promoção e proteção dos direitos da criança, baseado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 e alicerçado nos princípios gerais da Convenção.

Todas as crianças merecem uma infância feliz, saudável e segura, com um desenvolvimento pleno, num ambiente familiar, escolar e comunitário que as apoie e estimule.

Por todas as crianças, sem exceção, lutemos!



Para saber como pode ajudar, visite:

www.amnistia.pt



PAREM A GUERRA

CONTRA AS CRIANÇAS!

AJUDE COM O SEU DONATIVO

468 MILHÕES DE CRIANÇAS VIVEM AFETADAS POR CONFLITOS ARMADOS AO REDOR DO MUNDO!

Entidade:
Referência Multibanco:
Montante: o que puder

Assassinadas e mutiladas, raptadas e violadas, recrutadas por forças e grupos armados, meninas e meninos são as maiores vítimas das guerras. A infância roubada, a inocência perdida e os seus sonhos interrompidos. No meio de bombardeamentos e fogo-cruzado, tentam adormecer sob os escombros, com fome e medo.

468 milhões de crianças vivem esse pesadelo, a cada dia! Sofrem as mais graves violações de direitos humanos. A subnutrição, falta de acesso a educação e a cuidados de saúde, bem como a violência, a discriminação e os traumas psicológicos vão perpetuar. É urgente, agirmos agora, para proteger estas crianças e garantir que elas têm um futuro. A violência escala a cada dia e a cada novo ataque!

DOE! AJUDE-NOS A PROTEGÊ-LAS!

MB WAY 939 076 340 IBAN: PT50 0036 0103 99100000985 88

Para receber recibo e mais informações desta emergência pedimos que envie o comprovativo do donativo e dados com a referência "Crianças em conflito AGIR" para o e-mail info@amnistia.pt.

www.amnistia.pt/criancas-sob-ataque

